

**Ata da 6ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 11/06/2001, na Sala dos Conselhos, 2º andar.**

O Ministro da Ciência e Tecnologia Ronaldo Mota Sardenberg abriu a reunião, comentando sobre o documento de negociação apresentado pelo ministro holandês Jan Pronk, presidente da COP-6, e sobre o recente pronunciamento do Presidente norte-americano George W. Bush antes de sua viagem à Europa para discutir o Protocolo de Quioto.

**1. Aprovação da minuta da Ata da 5ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - MCT.**

A ata da 5ª reunião foi lida e aprovada pelos presentes.

**2. Relato sobre a 6ª Conferência das Partes da Convenção do Clima realizada na Haia, Holanda.**

Segundo o Ministro Everton Vargas, procurou-se concluir, na Haia, as negociações do Plano de Ação de Buenos Aires, mas a Conferência não logrou êxito em concluir a negociação prevista. Em diversos pontos, não houve convergência de opiniões, incluindo a divergência entre EUA e União Européia sobre o uso de sumidouros na mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Portanto, foi reconvocada a 6ª Conferência das Partes (Bonn, Alemanha, julho 2001). Na Sessão da Haia, o presidente Pronk apresentou um documento referente aos “crunch issues”, ou fórmulas de consenso para temas mais sensíveis, o qual também não logrou consenso.

Após a COP 6 na Haia, foi anunciada a posição da nova administração norte-americana, opondo-se ao Protocolo de Quioto, elemento importante das negociações. Houve reações no mundo todo contra essa posição. Ainda não se sabe que posição os EUA adotarão na Conferência de Bonn.

As evidências científicas do IPCC sobre as consequências das atividades antrópicas em relação à mudança do clima foram corroboradas pela Academia Nacional de Ciências norte-americana, num estudo encomendado pelo governo Bush. Assessores do alto escalão do Presidente estão elaborando uma nova posição para os EUA, que insistem na participação dos países em desenvolvimento nos compromissos de redução, o que poderá ter consequências diretas para o Brasil, segundo o Ministro Everton Vargas.

**3. Relato sobre a Reunião Ministerial preparatória da continuação da 6ª Conferência das Partes, realizada em 21 de abril de 2001 em Nova York, Estados Unidos da América.**

Informou o Dr. Gylvan Meira que, a partir da convocação do presidente Pronk, os ministros deveriam focar as discussões dos “crunch issues”. Um novo texto foi preparado pelo Presidente Pronk. A reunião foi dominada pela discussão sobre a posição norte-americana contra o Protocolo de Quioto. O representante norte-americano repetiu os temas da nota oficial da Casa Branca e anunciou que o governo estaria revendo sua política energética e, tão logo concluída, faria a revisão de sua posição. Devido a isso, na reunião, não houve tempo para análise das posições correntes em relação aos temas do Protocolo de Quioto.

Existe a hipótese de que o Protocolo de Quioto entre em vigor sem a participação dos EUA. O Ministro Pronk afirmou, ao final, que prepararia um novo texto para uma nova reunião ministerial. (O referido documento foi apresentado na manhã do dia da reunião da Comissão Interministerial de

Mudança Global do Clima.) O G-77 e China têm reiterado a posição de que formalmente o documento de negociação existente deve ser aquele vigente ao final das negociações de Haia.

O Ministro Sardenberg comentou que ainda não havia lido o documento, mas com certeza o mesmo deve representar uma nova fase nas negociações.

#### **4. Relato sobre o Seminário sobre a Proposta Brasileira, realizado em Bonn, de 28 a 30 de maio de 2001.**

Segundo o Dr. Gylvan Meira, em 1997, no final do processo de preparação do Protocolo de Quioto, o Governo Brasileiro tinha a preocupação de que a redução seria igual para todos os países. Assim, propôs uma redução matemática, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (princípio poluidor-pagador), a partir da qual a redução de cada país seria proporcional à responsabilidade relativa pelo aumento da temperatura do planeta causada por suas emissões históricas e atuais.

Acrescentou o Dr. Gylvan que a Convenção é o único documento internacional que fala em responsabilidade histórica dos países e ressaltou a importância política desse argumento. O Brasil também propôs o Fundo de Desenvolvimento Limpo que, em negociações posteriores, transformou-se no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O SBSTA avaliou a Proposta Brasileira que continua na agenda desde 1997. A Proposta Brasileira ganhou força após a declaração norte-americana de envolver os países em desenvolvimento e deve ser discutida. O Seminário sobre a Proposta Brasileira, realizado em Bonn, foi o primeiro workshop realizado no âmbito da Convenção, mas seu relatório ainda não está pronto. Contudo, o tema não está na agenda das negociações em Bonn, mas é importante no momento em que se fala do envolvimento de todos os países.

O Dr. José Carlos Carvalho, representante do Ministério de Meio Ambiente, solicitou que fosse feita uma avaliação das últimas decisões do Presidente Bush a respeito da posição norte-americana em relação ao Protocolo, inclusive nas decisões mais recentes das políticas do EUA para aumento da oferta de energia, que tem um desdobramento grande nesse contexto que está sendo estudado.

O Ministro Sardenberg comentou que essa questão estava sendo discutida num momento anterior à viagem do presidente Bush à Europa. O texto do discurso tinha como objetivo aplacar o caminho e diminuir o grau de oposição que vinha sendo sentido nos últimos dias na Europa com relação à posição norte-americana e também deixar claro que a saída dos Estados Unidos do Protocolo de Quioto é definitiva, no sentido de que aponta falhas “fatais” no Protocolo de Quioto e também busca, como disse o Dr. Gylvan, afirmar uma abordagem global no tratamento do assunto, invocando a contribuição que os países em desenvolvimento devem dar em termos de limitação de suas emissões.

O Ministro Sardenberg ainda assinalou que, curiosamente, o parágrafo que trata dessa questão tem uma linguagem truncada, pois a redação em língua inglesa é imprecisa. Percebe que no texto conclama-se à adesão dos países em desenvolvimento aos compromissos do Protocolo de Quioto. Mas não se sabe se ele refere-se à redução de emissões, pois a menção é sobre participação global. Nesse sentido, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é uma forma de participação global.

O Ministro Sardenberg ressaltou que no mesmo documento o Presidente Bush faz uma menção específica ao plano de energia, convocando o Congresso para trabalhar no seu governo para

alcançar reduções significativas de emissão, que se tornarão possíveis pela implementação das tecnologias energéticas limpas propostas no plano de energia do seu governo. Explicou para o Dr. José Carlos que isto significava a construção de usinas nucleares, dobrando a capacidade nuclear dos Estados Unidos.

O Ministro disse ainda, haver coisas inacreditáveis no texto, como, por exemplo, que as metas de redução são arbitrárias e não são baseadas na ciência, uma semana depois da Academia de Ciências dos Estados Unidos ter confirmado que o problema existia.

Nesse momento, o Dr. Gylvan Meira fez comentários sobre o Relatório do IPCC resultante da reunião de Xangai de janeiro de 2001. Os Estados Unidos, devido à sua política interna, solicitaram que a Academia Americana de Ciência avaliasse o relatório do IPCC. Assim, cientistas que não participam do IPCC chegaram à conclusão de que aquele relatório estava correto. Lembra que o Brasil, em 1997, propôs uma forma efetiva de cálculo de responsabilidade de cada país pelo efeito estufa e que as metas de Quioto foram estabelecidas sem bases científicas. Por esse motivo, o Presidente Bush tinha razão em dizer que a escolha das metas para cada país industrializado em Quioto não pode ser classificada como racional e muito menos científica.

## **5. Cartas de “não-objeção” sobre futuros projetos no âmbito do MDL.**

O Dr. José Miguez discorreu sobre o Prototype Carbon Fund - PCF do Banco Mundial e os projetos de Implementação Conjunta entre os países do Anexo I. A idéia seria pedir uma carta dos países que seriam hospedeiros dos projetos, informando que estavam de acordo com os pleitos, pois isso é uma exigência do artigo 12 do Protocolo de Quioto, ou seja, que os projetos têm que ser aprovados pelos países.

Disse que, a princípio, na regulamentação, alguns países defendem que a carta diga que o país está de acordo com o projeto em termos de atendimento aos princípios e diretrizes de desenvolvimento sustentável do próprio país. Segundo o Dr. José Miguez, não há base legal para que o Brasil apoie um projeto tendo em vista que o Protocolo de Quioto não está em vigor e o MDL não está regulamentado.

Disse que, o que havia sido acordado com o Banco Mundial é que o governo brasileiro submeteria uma carta de não-objeção, explicando claramente que não considerava esse projeto relativo ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por não estar em vigor e não estar regulamentado, não havendo, entretanto, objeção desde que o projeto estivesse de acordo com a lei brasileira, reservando ao Governo Brasileiro o direito de voltar a analisar o projeto no caso de uma regulamentação dentro do espírito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Informou que foram fornecidas algumas cartas, cujo envio foi sempre feito mediante consulta a todos os membros da Comissão para que se manifestassem, e que se houvesse objeção de algum membro da Comissão a carta não seria expedida. Foram emitidas cartas para doze projetos e a Secretaria Executiva continua recebendo pedidos de cartas, embora não mais para o PCF - considerando que este já havia encerrado o prazo para recebimento de projetos - mas pedidos de cartas nos moldes da carta feita para o PCF do Banco Mundial.

Disse, ainda, que durante sua participação, bem como a do Dr. Gylvan, em reunião o Conselho Empresarial do Desenvolvimento Sustentável na sede da FIRJAN, recebeu um projeto da FIRJAN sobre seringueiras no Rio de Janeiro, tendo recebido também pedido de cartas de não-objeção da Cia. Vale do Rio Doce e da Petrobrás, que manifestaram interesse futuro no CDM. Mencionou que pedidos de mais três projetos foram recebidos, dentre os quais um da usina Vale do Rosário, usina

de cana-de-açúcar que está querendo fazer co-geração a bagaço de cana, até mesmo devido ao problema energético, e retorna com o mesmo projeto por meio de uma segunda empresa, o que levanta um novo problema de saber quem é o interlocutor do projeto. Disse que foi recebido um projeto sobre avaliação das emissões de gases de efeito estufa na bacia dos rios em torno do Tietê, da Agência de Desenvolvimento do Tietê em São Paulo, além de um outro projeto sobre aproveitamento de garrafas de plástico PET. Disse ter dúvidas se isso realmente iria contribuir para a redução de emissão, pela própria maneira que esse tipo de material PET é contabilizado nos inventários.

Ressaltou, ainda, a necessidade de que a Comissão tenha uma posição de como fazer e qual seria o status jurídico dessas cartas. Informou que é o Ministro Sardenberg quem estava assinando as cartas na qualidade de Presidente da Comissão e que a preocupação básica era a base legal para o não fornecimento da carta de objeção, que a princípio, está baseado apenas em parecer contrário de algum membro da Comissão, mas sem sustentação jurídica, ou seja, a Comissão fica vulnerável aos questionamentos jurídicos sobre a carta de não-objeção. Informou que voltava a levantar esse problema para que a Comissão tomasse uma decisão de como proceder nesse caso.

O Ministro Sardenberg sugeriu que esse assunto fosse colocado diretamente às Assessorias Jurídicas dos Ministérios, tendo em vista que uma situação diz respeito à atuação de um organismo internacional e a cartas que foram dadas a título precário para satisfazer uma condição colocada por esse organismo internacional, mas que agora praticamente estava se transformando em um precedente para outros tipos de financiamento, os quais inclusive o governo ignorava, o que é uma situação completamente distinta da situação inicial.

Perguntado sobre o número de cartas de não-objeção emitidas com relação ao PCF, o Dr. José Miguez respondeu que foram 12 (doze), informando que apenas um projeto havia sido aprovado pelo PCF: a Empresa PLANTAR, uma fundição de ferro gusa de Minas Gerais.

## **6. Aperfeiçoamento das fontes estatísticas para a elaboração do inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases de efeito estufa**

Dr. José Miguez disse que durante a elaboração do 1º Inventário Brasileiro algumas necessidades de melhoramento das informações foram sentidas, tendo citado as duas mais importantes. A primeira refere-se ao fato de que no caso das estatísticas de importação no Brasil, que na verdade seguem a nomenclatura do Mercosul e é unificada para os 4 Países do Mercosul, não há detalhamento dos compostos que são importantes para o inventário, no caso do flúor, dos compostos fluorados que são CF<sub>4</sub>, C<sub>2</sub>F<sub>6</sub> HFC e os compostos hidrofluorcarbono que estão substituindo o CF<sub>6</sub> no Protocolo de Montreal. Esses gases não são previstos na nomenclatura do Mercosul e são agregados em outros compostos fluorados em alíquota de outros compostos. Disse ser isso um problema no sentido de estimar as emissões do Brasil uma vez que não temos informação do que tem sido importado de cada um desses gases que tem um efeito grande em relação ao aumento de temperatura do planeta.

Informou que em conversa com a Dra. Rosário do MIDCT, Diretora do Departamento de Negociação Internacional, soube que o mesmo problema tem acontecido com outras convenções e que para fazer alteração dessa alíquota é necessário fazer um pedido formal no SGT 6 do Mercosul que cuida de Meio Ambiente.

Outro problema refere-se à frota brasileira de veículos. O Brasil não tem estatística satisfatórias sobre esse aspecto; assim, no caso de inventário brasileiro, foi estimada indiretamente, por meio de quantidade vendida mais importada e taxas de sucateamento atualizada da frota nacional. Disse ter

sido informado pelo Dr. Francisco Silvério, Coordenador de Políticas de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológicos, que há um grupo de estudo do MCT, no âmbito do DENATRAM, que, na verdade, envolve o Ministério do Trabalho, que tem a mesma finalidade de descobrir qual é a frota nacional de veículos. A princípio, este levantamento deveria ser fácil por causa do RENAVAM, mas na prática não é, porque alguns estados não aderiram ao RENAVAN e existe também o problema de dupla contagem, quando a transferência do veículo é feita de estado para outro. Sugeriu que haveria necessidade da Comissão reforçar esse dois pedidos no sentido de melhorar a estatística de relatório futuros.

Dr Sr. José Carlos Carvalho, fazendo uso da palavra, disse que, com relação à frota, a discussão está no âmbito Conselho Nacional de Trânsito, onde o Ministério de Meio Ambiente participa como membro, e também no CONAMA, haja visto a posição brasileira com relação à inspeção veicular. Disse que essa é uma questão crucial para o Ministério do Meio Ambiente em relação a frota de veículos usada que transita no país. Ressaltou que uma das grandes conquistas da política ambiental brasileira, a exemplo do que vem sendo feito nos países desenvolvidos, foi o PROCONVE. Por meio de critérios estabelecido por esse programa, houve uma redução substancial das emissões no Brasil. Para se ter uma idéia do que isso representa, um veículo de 1985/88 em circulação emite cerca de 25g de material particulado por km rodado, sendo que os veículos depois das deliberações do CONAMA e da lei que estabeleceu o PROCONVE têm saído das montadoras emitindo 0.8g de material particulado, o que representa uma diferença de 30 vezes. Ressaltou, ainda, a necessidade de uma política brasileira de renovação da frota brasileira, tendo em vista a qualidade do ar nas regiões metropolitanas. Essa questão tem sido discutida com o Ministério de Desenvolvimento e com o Ministério da Justiça, em razão das medidas de competência do Conselho Nacional de Trânsito e do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Dr. Miguez informou que a Coordenação-Geral de Mudanças Globais, elaborou um estudo sobre esse assunto, avaliando a evolução as emissões dos diversos gases de 1990 a 1994, tendo sido o mesmo atualizado até 1997.

O Dr. Miguez ressaltou a necessidade de que a Comissão tivesse uma decisão para que os grupos de trabalhos fossem reforçados tanto no que se refere ao SGT6, para que façam propostas de detalhar nomenclatura dos compostos fluorados, quanto aos grupos de frota, que têm a responsabilidade de melhorar as estatísticas com vistas as melhorias futuras do Inventário Brasileiro de Gases de Efeito Estufa no âmbito da Convenção.

## **7. Preparação para as próximas reuniões no final de junho:**

- **Reunião do G-77 e China, dias 25 e 26 de junho na Haia**
- **Reunião Ministerial, dias 27 e 28 de junho na Haia**

O Ministro Everton Vargas informou que já tinha sido reanunciada a reunião Ministerial precedida pela reunião do G-77 e China, com vista à troca das primeira impressão do que será a sessão reconvocada da COP 6, em Bonn. Disse que, certamente, a base para discussões seria o documento do Ministro Pronk e que a reunião do Grupo dos 77 e China será importante porque permitirão só que haja uma maior participação de países em desenvolvimento na reunião ministerial, mas também que haja uma posição articulada dos países em desenvolvimento, em particular à posição norte-americana.

O Dr. Gylvan Meira sugeriu que um dos grandes temas da reunião ministerial será mais uma vez, como já havia sido em Nova York, a disposição dos países para colocar o Protocolo de Quioto em

vigor sem os EUA. Com certeza, essas conversas acabarão ocupando o tempo dos ministros mais que o documento do presidente Pronk.

Já o Ministro Sardenberg acreditava que a solução seria a seleção de 8 ou 10 tópicos que sejam objeto de conversa e não o documento como um todo. Disse que com relação à participação ou não dos Estados Unidos, inclusive no processo de negociação, isso não estava muito claro ainda e é muito cedo para dizer alguma coisa. Com relação à reunião do G77, disse ser também muito imprevisível, considerando um sentimento ruim que paira dentro do Grupo: mencionou, ainda, que com o clima internacional de desconfiança que existe seria difícil se ter idéia do que poderia ocorrer na próxima reunião.

#### **8. Representantes dos jovens brasileiros na reunião da sessão reconvocada da COP 6 em Bonn.**

Dr. Miguez explicou que a escolha de jovens representantes brasileiros para a reunião da Haia foi um longo processo realizado pela internet e teve também a participação do CNPq, que financiou parte da viagem, uma vez que o governo holandês não pagou integralmente a mesma. Nesse processo foram escolhidos dois jovens. No entanto, para a reunião de Bonn, não haveria tempo para uma nova seleção. A sugestão do Ministro Everton foi de que o 3º colocado da primeira seleção de jovens fosse o representante brasileiro em Bonn. O Dr. Miguez sugeriu que talvez o primeiro colocado poderia ir se fosse do interesse dele participar novamente.